PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2020

(DA SRA. MARIA DO ROSÁRIO)

Susta os efeitos do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança”.

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Este Decreto susta os efeitos do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança”.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Decreto 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, altera significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), extinguindo importantes programas de acesso a direitos de populações de assentados, quilombolas e comunidades extrativistas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Programa Terra Sol.

No caso do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), sua extinção prevê danos irreparáveis ao conjunto da sociedade brasileira, uma vez que até 2018, o Pronera já havia atendido 167 mil alunos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), formou 5.300 alunos em cursos superiores e 9 mil alunos no Ensino Médio, segundo dados do próprio Incra.

O Pronera é uma política pública necessária. Como bem apontou o Ministério Público Federal em recomendação ao Poder Executivo, conforme segue: [que o Incra] “ADOpte as medidas administrativas necessárias para a realização de novos cursos no âmbito do PRONERA, a fim de permitir a continuidade da política de Estado

legalmente prevista, inclusive aquelas medidas voltadas para a inclusão em peças legais pertinentes à execução orçamentária, notadamente Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual” (Recomendação nº 11/2019/PFDC/MPF). E a Constituição Federal, em seu Artigo 206, assevera:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

Ainda, a Lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consigna:

Art. 28. Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Em 2013, foram publicadas as Diretrizes Nacionais da Educação Básica pelo Ministério da Educação, juntamente com a Secretaria de Educação Básica, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o Conselho Nacional da Educação e a Câmara Nacional de Educação Básica, que contém dois capítulos específicos sobre a Educação do Campo: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo (266 a 285) e Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo (286 e 297).

Igualmente, é a extinção de um programa como o PRONERA sem ao menos o substituí-lo por outra política pública com o mesmo mérito e escopo significa claro retrocesso social. A melhor doutrina jurídica já consagrou a vedação do retrocesso

social pela nossa constituição cidadã de 1988 como princípio que deve nortear o Poder Legislativo. Em vista disso, e portanto, na defesa dos valores sociais plasmados no texto constitucional, deve este parlamento sanear a arbitrariedade cometida pelo poder executivo ao extinguir o Pronera, dado que se trata de importante política pública que contribui para a redução das desigualdades sociais da população que reside nas áreas rurais, ao lhes possibilitar o acesso a educação superior pública, gratuita e de qualidade. Ademais, é notório que o Pronera se soma aos esforços da sociedade brasileira para a redução do êxodo rural, fenômeno conhecido de todos os brasileiros que dispensa maiores comentários.

Portanto, acredita-se que a existência do Pronera deve ser assegurada, pois condiz com os princípios educacionais e igualitários previstos na Constituição de 1988, com as diretrizes de Educação no campo previstas na LDB e com recomendação do Ministério Público Federal de 2019.

Ante o exposto, o indigitado Decreto que este PDL visa sustar, ao alterar de forma substantiva a estrutura de quadros do Incra, extinguiu o Pronera e, desta forma, exorbitou suas funções de forma imotivada e sem lastro legal.

Sala das Sessões, em de março de 2020.

Deputada **MARIA DO ROSÁRIO**
(PT-RS)